

POLITIZAÇÃO E UNIVERSIDADE NA ARGENTINA

ESBOÇO DE UMA PRAGMÁTICA HISTÓRICA DA POLÍTICA¹

Federico Neiburg

RESUMO

O artigo estuda a articulação entre os princípios e valores de universalização e de exclusão que orientaram as ações e representações dos indivíduos que participaram de um momento-chave na história das relações entre universidade e política na Argentina: o período imediatamente posterior à derrubada do governo Perón, em 1955. Os sentidos que estes indivíduos deram a ações, paixões e identidades coletivas, por eles mesmos consideradas políticas, implicam abandonar o conteúdo teórico da "política" em face da dimensão prática dessa categoria. Argumenta-se a necessidade de compreensão histórica dos processos de politização na sociedade argentina, considerando as relações entre configurações sociais e formas de sensibilidade.

Palavras-chave: Argentina; pós-peronismo; política e universidade.

SUMMARY

This article examines the articulation between the principles and values of universalization and exclusion that oriented the actions and representations of individuals participating in one of the key moments in the history of the relations between politics and higher education in Argentina: the period immediately following the fall of Perón's government in 1955. The meanings that these individuals attached to their actions, passions, and collective identities, which they considered to be of a political nature, meant that the theoretical content of the term "political" was abandoned in favor of this category's practical implications. The author argues that the politicization processes experienced by Argentine society must be understood in their historical dimension, taking into consideration the relations between social configurations and forms of sensibility.

Keywords: Argentina; Post-Peronism; politics; university.

O mundo dos modernos Estados nacionais formou-se construindo a política, simultaneamente, como um princípio de unidade e de diferenciação. Um exame da filosofia e da ciência política consagradas no Ocidente poderia mostrar que, embora com variações, a política foi entendida, de um lado, como um princípio de identificação (de aliados e de inimigos), distinguindo "comunidades políticas" como o partido, a cidade ou a nação, e, de outro, como um domínio afastado de outros, um mundo de profissionais, com regras e valores próprios, diferentes, por exemplo, daqueles da religião ou da família. Assim, a política foi isolada de forma negativa, sob o sentimento de que a sua presença poderia perturbar os laços sociais

(1) Este artigo foi concebido em um diálogo com colegas do Núcleo de Antropologia da Política (Nuap), com sede no Museu Nacional (cf. Nuap, 1997). Uma versão preliminar foi apresentada em outubro de 1998 em um seminário no Cebrap. Agradeço a todos os que, generosamente, discutiram o texto naquela ocasião.

construídos em outros domínios da vida social, e, ao mesmo tempo, de forma positiva, pela suposição de que é possível uma política boa — a política pura, um sinônimo da "grande política" associada a entidades coletivas como o Estado e oposta à "pequena política" contaminada de relações e lealdades pessoais (cf. Palmeira, s/d).

Essa representação mistura um argumento histórico com outro, ético. O primeiro descreve um processo de progressiva autonomização de domínios sociais e culturais, a gradual politização das várias esferas da vida social e a secularização das religiões, com a invenção das "religiões cívicas" e das ideologias dos partidos e do nacionalismo; descreve, também, a nacionalização da "pátria", até então uma noção restrita à aldeia ou ao território habitado pela família. O segundo argumento é normativo e formula um ideal de boa sociedade associado à pacificação, à eliminação do uso da força física do mundo social e à condenação moral e jurídica da violência. Supõe que, no mundo da racionalidade moderna, o contato entre domínios diferentes corrompe, deve ser considerado um traço transicional ou uma anomalia, e que o uso da força física na política só pode ser visto negativamente, como anomia.

Igualmente, parte considerável da literatura acadêmica que trata sobre política combina enunciados descritivos e normativos, de modo que não permite apreender os sentidos que indivíduos e grupos sociais concretos atribuem à política e sobre os quais essa mesma literatura pretende falar². Para esses estudos, "política" é sempre um substantivo (no duplo sentido: gramatical e relativo a substância), uma arena ou uma forma de atividade — que, tradicionalmente, as correntes "liberais" identificaram com eleições e "voto" e as "marxistas" com formas de organização e "luta"³.

Neste artigo, meu objetivo é ensaiar uma forma de compreensão da política radicalmente diferente à dessa literatura e que, no limite, ainda poderá oferecer princípios para compreendê-la. A *pragmática da política* que pretendo esboçar focaliza a ação e as representações de indivíduos e grupos sociais concretos. Em lugar de pressupor aquilo que deve ser considerado da ordem da política, trata-se de esclarecer os sentidos que mulheres e homens dão às ações, relações, paixões e identidades coletivas que *eles mesmos* consideram como *políticas*. Aqui, a palavra "política", e as outras que fazem parte do campo semântico que se desenha em torno dela (como "politizar", "politização", o adjetivo e os substantivos "política" e "político" etc.), nunca são *categorias teóricas*, mas, sempre, *categorias práticas*, que fazem parte do mundo de agentes, práticas e representações sociais que se tenta entender.

A compreensão dos "usos" da política exige considerar os valores e práticas associados a ela, tornando possível, assim, as análises sociológica e histórica. De um lado, indaga-se a respeito dos contextos e das situações sociais em que a política "faz sentido" na vida de indivíduos e na existência de grupos sociais concretos, investigando-se as propriedades sociais e a natureza das relações entre eles. De outro, examinam-se as relações que indivíduos e grupos estabelecem com a história, com formas de sentir e de agir identificadas com gerações anteriores, associadas a

(2) Bons exemplos dessa forma de abordar a política, especialmente na Argentina e na América Latina, podem ser lidos na "sociologia do desenvolvimento" e da "mobilidade social" produzida nos anos 50 e 60 (cf. Lipset e Germani, 1960; Germani, 1962; Germani e Silvert, 1965; Bendix, 1977), nas correntes sociológicas que proclamavam uma inspiração "marxista" (cf. Murmis e Portantiero, 1971) e na chamada "sociologia da dependência" (cf. Cardoso e Faletto, 1972; para uma visão crítica, Escobar, 1995, e, de outro ponto de vista, Neuburg, 1995, 1996 e 1997). Essa literatura explica a formação dos Estados nacionais como processos de progressiva integração e homogeneização social: as sociedades nacionais são vistas como espaços em que os diversos grupos sociais vão gradativamente se integrando. Na Argentina, as narrativas sociológicas mencionam especialmente os imigrantes europeus e os imigrantes de origem rural, mas em outros países da América Latina também podem ser incluídos, com ênfase menor, grupos étnicos ou raciais.

(3) A idéia de política previamente definida pelos analistas esteve sempre estreitamente associada a um pressuposto relativo aos "verdadeiros interesses" de cada grupo ou "ator" social e à idéia de que a ação política positiva seria somente aquela coerente com esses interesses. Uma atualização desta perspectiva pode ser reconhecida também na produção de cientistas políticos (em relação à Argentina, ver O'Donnell, 1972; Oszlak, 1985; Cavarozzi, 1995).

tradições. Assim, a pragmática da política que aqui se propõe é, também, *histórica*: considera, no tempo, as relações entre configurações sociais e formas de sensibilidade⁴.

Tal perspectiva é aqui ilustrada com a pequena etnografia histórica de um mundo social politizado no qual indivíduos e grupos passaram a representar identidades e a justificar ações acreditando em razões "políticas" — revelando, ao mesmo tempo, os sentidos da política para eles, suas propriedades sociais, e as relações de força que os separavam e de interdependência que os uniam⁵. O cenário é um espaço nacional (a Argentina) e uma conjuntura histórica (o imediato pós-peronismo, entre os anos 1955 e 1958). O foco de atenção são as batalhas, não só simbólicas, travadas por diversos indivíduos e grupos no micromundo da Universidade de Buenos Aires (UBA), um espaço privilegiado para observar as relações e lutas entre importantes setores das elites sociais e intelectuais da época. Dada a centralidade que essas disputas adquiriram no debate público nacional, a UBA tornou-se, também, um lugar singular para se compreender o conteúdo mais geral das lutas que, em outras áreas do espaço social (diferentes da universidade), envolveram diferentes agentes que coincidiram em atribuir um interesse e um sentido *político* a elas — oferecendo chaves para compreender as relações entre as formas de agir em política e de sentir a política e as formas de representar a cultura nacional.

Nesse sentido, as referências ao espaço nacional — e, ainda, a utilização da palavra "Argentina" — interessam na medida em que as ações dos indivíduos e os valores que legitimam a existência de grupos, do ponto de vista deles, ganham sentido numa relação com a "dimensão nacional" da vida social. Da mesma forma que ocorre com o campo semântico definido a partir da palavra "política", a nação nada tem a ver aqui com uma entidade substantiva, preexistente à análise, mas com a sua dimensão prática (cf. Brubaker, 1996).

O principal material empírico da análise refere-se aos eventos que envolveram a realização de concursos para todos os cargos docentes na UBA depois que uma medida governamental de imensa radicalidade determinou a exoneração de *todos* os professores de seus cargos, tendo como argumento a palavra de ordem "desperonização" e a necessidade de realizar uma autêntica "limpeza política" da instituição. A aparente contradição entre um mecanismo de *universalização* (como os concursos baseados em apreciações meritocráticas) e uma medida de *exclusão*, associada à condenação de inimigos políticos (que participaram de um governo derrubado pela força e supostamente aderiram ou ainda aderiam ao movimento político que estava com ele identificado), revela importantes características da morfologia social argentina e de suas transformações, permitindo compreender alguns sentidos que adquire a política nessa sociedade nacional e na história dos argentinos⁶.

Orientada por essas preocupações, a análise me obrigará a sugerir configurações de relações entre indivíduos e grupos em uma duração maior que a dos eventos focalizados: para trás, com a finalidade de compreender

(4) Em termos gerais, esta proposta inspira-se na perspectiva inaugurada por Habermas (1961) em relação à gênese da esfera pública e à análise dos sentidos da publicidade, a partir do exame do uso dos conceitos que constituem o campo semântico associado a essa noção. Diferencia-se dessa perspectiva, porém, na medida em que busca considerar de forma sociologicamente positiva *todos* os significados associados à política, nas mais diversas situações, produzidos pelos mais variados agentes — e não apenas as formas de publicidade tipicamente burguesas, às quais Habermas limita sua visão, dadas as suas intenções também normativas. Por outro lado, aproxima-se da longa tradição de antropólogos, de inspiração mais ou menos explicitamente wittgensteniana, que têm procurado construir uma perspectiva pragmática da cultura (em relação à dimensão nacional da vida social, cf., entre outros, Herzfeld, 1997), mas dela se distancia na medida em que está atenta à historicidade dos sentidos e à dimensão sociogenética da produção de significados.

(5) Em um sentido geral, parece-me que a noção de "politização" é mais produtiva que a noção de "expropriação", utilizada por Weber (1959, pp. 119-121) quando descreve a gênese da política moderna como um processo de "expropriação da política" de outras formas sociais, diferentes do Estado moderno (como a família, o estamento ou a comunidade religiosa), e de outras figuras sociais, diferentes da do político profissional (como o *pater família*, o príncipe ou o sacerdote). A dificuldade maior da noção de expropriação é que ela pressupõe que a política preexiste aos interesses por ela e à existência social dos políticos profissionais. O potencial heurístico dos *processos de politização* da vida social tem sido sugerido por Elias (1996) e, em uma dimensão etnográfica mais estrita, Bailey (1998).

(6) Nesse sentido, a qualidade do processo analisado — constituído por acontecimentos públicos de reconhecida relevância nacional, reveladores (aos olhos do analista) de alguns dos sentidos da publicidade e da dimensão nacional da vida social para os argentinos — lembra as qualidades dos *critical events*, segundo a sugestiva definição de Das (1995). Além disso, o período de desperonização na UBA ainda hoje é motivo de juízos e de debate público. Para uns, é sinônimo de desenvolvimento científico e democracia; para outros, imagem de um academicismo insuficientemente nacional.

configurações sociais, formas de sensibilidade, estilos de fazer política e representações sobre o lugar da política na cultura nacional e no *habitus* nacional dos argentinos, sem as quais as aqui estudadas não teriam tido sentido; e também para a frente, quando para boa parte dos protagonistas centrais da história que vou contar foi possível, ou necessário, matar e morrer por razões políticas.

Um mundo social politizado

No dia 16 de setembro de 1955, um golpe de Estado terminou com mais de dez anos de governo de Juan Domingo Perón na Argentina. A Revolução Libertadora, como foi chamado o movimento por seus adeptos, teve o apoio de uma ampla frente que incluía a cúpula das forças armadas, os principais partidos políticos (conservadores, radicais, comunistas, socialistas e boa parte dos partidos provinciais), a Igreja Católica, as principais associações patronais (como a Confederação Nacional da Indústria e a Sociedade Rural) e as federações de estudantes universitários.

Os setores sociais e as organizações que tinham dado sustento ao regime de Perón não opuseram maiores resistências ao golpe, dando uma sensação de irrealidade ao fim de um governo que tinha exibido apoios maciços de amplos setores da população e claras tendências totalitárias. Nem os aliados militares de Perón (que tinham participado com ele do golpe de Estado que em 1943 o projetaria ao primeiro plano da vida pública da nação), nem os sindicatos que lhe haviam dado um apoio decisivo em outubro de 1945 (quando Perón foi afastado do lugar central que ocupava no governo militar, como vice-presidente, ministro da Guerra e ministro do Trabalho), nem o próprio Partido Peronista (que viabilizara as suas vitórias eleitorais de 1946 e 1951) pareceram dispostos, ou ter força suficiente, para defender um governo desgastado pela crise econômica, pela pressão internacional e pela perda de grande parte do consenso que, no plano interno, lhe havia dado legitimidade até então⁷.

Assim, embora o primeiro chefe da Revolução Libertadora, general Lonardi, tenha tomado a Casa Rosada com a palavra de ordem "Nem vencedores nem vencidos", rapidamente ficou evidente para todos que o país começava a viver um processo agudo de reacomodação das relações de forças entre os diversos setores das elites sociais que participavam (ou que se achavam em condições de participar) do campo de poder, ocupando os principais lugares na administração pública, definindo o conteúdo dos assuntos públicos e as formas de representar os destinos da nação.

Dois meses depois de iniciada a Revolução Libertadora, e coincidindo com a substituição de Lonardi pelo general Aramburu, o campo de batalha ganhou contornos mais definidos e também um nome: "desperonização". Enquanto intelectuais, jornalistas, militantes partidários e homens de Estado transformavam a desperonização em assunto público de primei-

(7) É importante lembrar que a chamada "resistência peronista" e todo o movimento em prol da volta do general Perón ao país foram um fenômeno bastante posterior aos fatos aqui analisados, que só tomaria forma na década de 60.

(8) Desde que Perón passou ao primeiro plano da política nacional, em 1945, seus inimigos utilizaram insistentemente como arma política a denúncia de que o peronismo seria uma manifestação local do fascismo. Dez anos depois, boa parte da retórica política da Revolução Libertadora reproduzia motivos e categorias utilizadas uma década atrás na Europa: a própria ideia de desperonização era uma adaptação nacional da desnazificação e, contraditoriamente para aqueles que condenavam o Hitler ou o Mussolini argentino, alguns dos promotores da desperonização não duvidaram em falar em "solução final" para o problema peronista (cf. Neiburg, 1997, cap. 1).

ra ordem (debatendo suas formas, ritmos e sentidos e publicando suas idéias e programas de ação em jornais, revistas e livros), o governo anunciava uma série de medidas com o objetivo explícito de desperonizar o país. Em 1º de fevereiro de 1956 foi proibido aos indivíduos que haviam atuado de algum modo no antigo regime ocupar cargos eletivos ou ser funcionários da administração pública, estadual ou municipal. Outro decreto declarou ilegal o Partido Peronista, proibiu a utilização de todos os seus distintivos, palavras de ordem e canções e até a enunciação de termos e nomes associados com o "antigo regime", como "Perón", "Eva Perón", "peronismo", "justicialismo" etc.⁸.

Em nome da desperonização, verdadeiras batalhas passaram a ser travadas em todas as regiões do campo político e da esfera estatal, redefinindo suas fronteiras. No plano mais estritamente político-partidário, abriu-se um período de lutas pela herança do principal capital que todos reconheciam na figura do líder derrubado: o apoio popular. Antigas e novas apostas foram feitas em nome da necessidade de oferecer alternativas para essa massa a qual se reconhecia, unanimemente, ter ficado "disponível" para novas lideranças. Nessas disputas, desde o começo e cada vez mais acentuadamente, diluiu-se a fronteira entre os vitoriosos da revolução e os derrotados do antigo regime. Para uns e outros, a ausência do líder parecia abrir novos espaços e possibilidades. Enquanto alguns insistiram na construção de apostas políticas que demandavam a desperonização de seus clientes potenciais, outros procuraram se transformar em herdeiros do líder, anunciando, cada vez menos timidamente, a sua própria peronização⁹.

Por outra parte, a ilegalidade do peronismo, que foi mantida por quase duas décadas, favoreceu um processo dramático de renovação (via exclusão e cooptação) de grande parte dos políticos profissionais, tanto no âmbito do governo e do Congresso Nacional, quanto das administrações e legislaturas estaduais e municipais¹⁰.

Nas instituições do Estado, as medidas desperonizadoras sancionadas pelo governo também permitiram acusações (de "peronismo") e exclusões (por adesão ou participação no antigo regime) que todos reconheciam fundadas em razões políticas. Como não podia ser de outro modo, entre os integrantes das forças armadas, tão bem educados no uso da força física para fazer política, o processo de substituição, ou de ameaça de substituição, de quadros altos e médios se manifestou com uma violência que não foi apenas simbólica¹¹.

Nas fronteiras do espaço burocrático, a dinâmica de proscricções, acusações e exclusões ganhou características particulares. Ali estava claramente em jogo a definição das relações entre domínios da vida social; uma linguagem reconhecida como política servia, também, para justificar a desaparecimento de algumas figuras e a aparição de outras¹². No âmbito sindical, por exemplo, a desperonização provocou um rápido e violento processo de renovação de quadros e, com isso, de formas de agir e de conceber a ação sindical. Uma nova geração de lideranças — que tinha se criado na década peronista, ocupando, por volta de 1955, posições de

(9) Os candidatos à posição de "liderança popular" que ficou vaga com a derrota e o exílio de Perón percorreram dois movimentos: alguns anunciaram a intenção de "desperonizar o povo" (por meio de campanhas educativas, reformas na legislação eleitoral etc.); outros manifestaram interesse em aproximar-se do povo, "peronizando-se" (em geral, argumentando a necessidade de distinguir o conteúdo autoritário do antigo regime, que ainda condenavam, e seu conteúdo popular, que passaram a apreciar). Esses movimentos são fundamentais para compreender as redefinições dos grupos políticos (partidos e facções) nas décadas que se seguiram à Revolução Libertadora.

(10) Ainda está por ser feito um estudo detalhado desse processo no âmbito da burocracia estatal, das legislaturas e dos partidos, mas é possível avaliar os efeitos que teve a aplicação, ou a ameaça de aplicação, dessas medidas legais sobre as vocações e as expectativas de carreira de milhares de homens e mulheres ligados às organizações estatais e paraestatais identificadas com o antigo regime (partidárias e sindicais, mas também de mulheres, de jovens, comerciantes etc.). Alguns perderiam seus empregos, outros viveriam a angústia e a ameaça de perdê-los e outros ainda só poderiam participar em campanhas eleitorais com a condição de fazer novas alianças, integrando ou criando organizações (a proscrição das eleições para qualquer organização identificada como peronista durou até 1973). Para uma imagem da extensão das organizações do regime peronista na sociedade civil, ver Plotkin, 1993.

(11) As narrativas sobre a época frequentemente assinalam a relativa pouca violência com que a Revolução Libertadora se impôs, atribuindo tal característica a uma combinação da falta de resistência dos adeptos a Perón e do peso de outras lealdades mais primordiais que as políticas, como as que unem os homens de armas. O uso da força física na desperonização do mundo militar culminou com fuzilamentos sumários depois da derrota da rebelião pró-peronista encabeçada pelo general Valle, em junho de 1956 (não foram executados só militares). Algumas referências à desperonização nas forças armadas encontram-se em Rouquié (1982, vol. 2, cap. 3) e Potash (1982, vol. 2, cap. 7).

(12) Sobre o efeito que as transformações no campo burocrático podem ter em outras áreas da vida social, ver Bourdieu (1994).

segundo e terceiro escalões — assumiu o controle das organizações, com argumentos que tinham de legitimar suas ações em relação a um Estado que já não era peronista e, ao mesmo tempo, fazer valer o capital político que significava a identidade peronista — ainda para todos indubitável — das suas bases¹³.

Veremos como a dinâmica de conflitos de gerações também é fundamental para compreender a natureza da desperonização no espaço universitário, que até então estava sob controle direto do Estado¹⁴. Nesse domínio, a definição dos conteúdos da desperonização — o que deveria ser a universidade desperonizada e quem poderia ou deveria ocupar posições nela e orientar os seus rumos — revela uma complexidade maior que a de todas as representações nativas, que sempre seguem uma lógica dicotômica, procurando transformar em realidade uma forma de compreender e de sentir a política em termos de amigos e de inimigos: peronistas vs. não-peronistas, clericais vs. liberais, nacionalistas vs. cosmopolitas.

Assim, mais do que essa lógica bipolar — tão comum, também, em certa sociologia das elites que termina transformando em princípio de explicação argumentos que na verdade são nativos —, é uma dinâmica de relações de conflito e de interdependência que proporciona inteligibilidade aos conteúdos concretos da politização da sociedade argentina e da desperonização do mundo universitário. Estudar a natureza dessas relações permite entender as condições sociais em que foram produzidas determinadas ações e representações da política, reveladoras de aspectos mais gerais do lugar da política na sociedade nacional e das formas de representar a cultura nacional, bem como os modos de agir e de sentir a política dos argentinos.

Como mencionei anteriormente, a chave para descobrir os conteúdos da política nesse contexto reside nas condições sociais que viabilizaram a combinação dos princípios de *universalização* e *exclusão* que orientaram as ações desperonizadoras na universidade — revelando as duas faces de uma sociedade que se auto-representava como altamente homogênea em termos sociais e culturais e que fez da política a linguagem privilegiada da diferença e da desigualdade um argumento para delimitar identidades e identificar inimigos.

O juízo desperonizador: politização da universidade e universalização da política nacional

No dia 2 de outubro de 1955, o Ministério da Educação divulgou um decreto pelo qual ficariam suspensos dos seus cargos todos os professores, de todas as faculdades, da UBA¹⁵. Um mês depois da exoneração maciça, o governo divulgou o edital dos concursos para todas as cátedras, estabelecendo que as bancas julgadoras examinariam os currículos dos candidatos e aplicariam provas de conhecimentos específicos. Anunciava-se, também,

(13) Durante todo o período de proscrição do peronismo — e apesar das várias tentativas de criar centrais sindicais de filiação não-peronista —, nos combates internos ao campo sindical nunca se colocou em dúvida o fato de que os sindicatos eram (ou continuavam a ser) a "coluna vertebral" do peronismo. Quanto ao processo de desperonização no campo sindical, James (1990) sugere interpretações para as várias posições sindicais que oscilavam entre uma aproximação dos governantes de turno e um uso político da sua relação com Perón — que seguia gravitando na "cena política nacional" desde o seu exílio espanhol.

(14) O reconhecimento governamental aos títulos outorgados por universidades privadas ocorreu em 1958 e pode ser entendido também como uma das consequências da desperonização: não foram poucos os que, exonerados ou impedidos de entrar nas universidades públicas depois de 1955, tiveram papel de destaque na criação de instituições privadas de ensino superior.

(15) Não é de surpreender que os eventos analisados tenham ocorrido na UBA, onde os combates em torno da desperonização da universidade adquiriram um tom mais dramático e cristalino, revelando também até que ponto a luta por definir o destino da universidade desperonizada mobilizava a esfera pública nacional. Em parte, isso se explica pelo fato de que desde a sua fundação, em 1823, a UBA ocupou lugar central na formação da Argentina como espaço de preparação de boa parte dos quadros dirigentes dos partidos políticos e da função pública. Em parte, justificase também pela história de politização do mundo universitário portenho e argentino, que por muito tempo marcou o lugar da universidade, e os que por ela passaram, na vida pública do país. Uma outra explicação diz respeito à estrutura fortemente centralista com a qual se constituiu a nação, tendo Buenos Aires como seu único "centro" (ponto de chegada de todas as trajetórias consagradas nos planos intelectual e político e principal foco de produção de representações sobre a nação e seus dilemas). Essa estrutura centralista aproxima a Argentina de países como México e França e a diferencia de outros como Brasil e Estados Unidos.

a imposição de uma forte restrição: só poderiam se apresentar os indivíduos que estivessem em condições de "exibir uma conduta moral além de toda suspeita", especificando-se que:

a) [os candidatos devem] dar mostras de um comportamento cívico alheio a toda adesão às condutas totalitárias, adversas à dignidade do homem livre e à vigência das instituições republicanas; e b) [...] não serão admitidos aqueles que no desempenho do seu cargo universitário ou de funções públicas tenham realizado atos positivos e ostensivos de solidariedade com a ditadura [peronista] que comprometam o conceito de independência e dignidade da cátedra (La Nación, 03/11/55).

Durante os três anos nos quais desperonização foi a categoria organizadora dos conflitos sociais que tiveram a universidade como cenário (período que também foi chamado de "normalização universitária"), os detalhes do processo foram relatados cotidianamente nos principais jornais de Buenos Aires e do país, como *La Prensa* e *La Nación*, acentuando o caráter público da desperonização e lhe outorgando um lugar na vida da nação. Os argentinos podiam ler sobre ele nas colunas de "Informação" ou de "Vida universitária", e com bastante frequência a vida universitária invadia as seções de "Política nacional" ou chegava às manchetes das primeiras páginas¹⁶. Com regularidade surpreendente, os jornais traziam listas atualizadas de nomes dos professores a serem exonerados nas faculdades, mencionavam solicitações de reabilitação, informavam sobre medidas dispostas pelos interventores governamentais, publicavam suas opiniões e as de outros protagonistas dos eventos (lideranças e militantes de partidos, intelectuais de renome, professores, associações profissionais e organizações de estudantes).

Qualquer observador alheio às lutas de classificação que se delineavam em torno da acusação de "cumplicidade" com o antigo regime — e, em seguida, sobre os "graus" de cumplicidade que poderiam ser moralmente compreensíveis e politicamente tolerados — teria sido capaz de reconhecer que esses embates eram mais que um sintoma da ruptura na aliança de grupos sociais e de forças políticas que participaram da Revolução Libertadora ou a apoiaram.

Entretanto, para uma melhor compreensão dos conteúdos sociais das oposições políticas e das desqualificações morais postas em jogo, é preciso incorporar outro tipo de fonte, diferente dos jornais. Trata-se dos dossiês dos concursos constantes das pastas de cada um dos vencedores, que se encontram ainda hoje no arquivo da UBA. Eles contêm três tipos de documentos que, em conjunto, constituem um *corpus* riquíssimo de material analítico. Em primeiro lugar, as apreciações das bancas que fundamentavam a ordem dos méritos, refletindo a hierarquia de valores que susten-

(16) Um dos muitos dados que comprovam a estrutura centralista do país em torno de Buenos Aires é que os únicos jornais reconhecidos como de "circulação nacional" são portenhos.

tavam as figuras sociais e os estilos intelectuais que a desperonização consagrava em cada cátedra e disciplina. Em segundo lugar, os currículos dos candidatos, mostrando as estratégias de auto-apresentação que resultavam do encontro entre suas trajetórias e disposições individuais e a incerteza quanto aos conteúdos da nova universidade desperonizada. Por fim, cada dossiê contém as impugnações impostas às candidaturas, as defesas dos próprios acusados e o resultado do processo de impugnação, sancionado pelas autoridades universitárias — onde o que sempre estava em jogo era um julgamento político e moral sobre as possíveis relações do candidato com o antigo regime e as suas conseqüências, permitindo ou impedindo o prosseguimento de sua carreira universitária.

Foram analisados trinta dossiês relativos a concursos da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, dos quais participaram 119 candidatos¹⁷. Eles representam pouco menos de 30% do total dos concursos realizados nessa faculdade entre 1956 e 1958. A maior parte deles corresponde a concursos para os cargos mais altos na hierarquia universitária argentina (professor titular, titular associado e adjunto). Nesse universo se contabilizam 53 indivíduos que participaram como juízes, alguns deles integrando só uma comissão (ou banca), mas outros presentes em quatro, cinco e até sete comissões em concursos diferentes (as comissões julgadoras eram compostas por um máximo de cinco e um mínimo de três juízes).

No ato de inscrição, todo candidato tinha de assinar um documento negando ter mantido qualquer compromisso com o antigo regime e declarando, "sob juramento", conhecer o decreto-lei que proibia os indivíduos que houvessem tido alguma atuação no governo anterior de desempenhar cargos eletivos ou ser funcionários da administração pública nacional, estadual ou municipal. A assinatura desse documento não era, porém, garantia de livre trânsito. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, no universo dos dossiês estudados, mais de 20% dos candidatos foram objeto de impugnações. Tal porcentagem torna-se ainda mais relevante na medida em que se deve supor que aqueles que estavam mais claramente comprometidos com o antigo regime sabiam o que podiam esperar desse julgamento, no qual todos reconheciam um conteúdo político.

Mesmo que em algumas ocasiões as impugnações pudessem estar também assinadas por indivíduos, todas tinham a firma do representante da Associação de Graduados (de cada faculdade) ou do Centro (diretório) de Estudantes, que pertencia à Federação Universitária de Buenos Aires (Fuba) e à Federação Universitária Argentina (FUA). O papel de relevo desempenhado por estas organizações revela mecanismos de articulação entre política universitária e política nacional que são fundamentais para compreender os sentidos da desperonização.

De acordo com a tradição que na universidade argentina se identifica com o movimento da Reforma Universitária de 1918 — com a qual se reconhecia boa parte dos principais atores da desperonização, incluindo as lideranças dessas associações¹⁸ —, os formados podem manter ao longo de toda a sua vida profissional um papel ativo nos destinos da universidade,

(17) Entre esses foi possível ter acesso aos currículos de 91 candidatos, dos quais 21 correspondem a indivíduos que obtiveram o primeiro lugar nos concursos, 15 o segundo e 55 colocações inferiores. Os restantes 28 (do total de 119) devem ter participado ao mesmo tempo de outros concursos, e seus currículos provavelmente encontram-se em suas pastas.

(18) Na descrição seguinte utilizam-se fontes etnográficas e testemunhos já publicados e consultados, como Toer (1988) e os arquivos de História Oral da UBA; também, informações extraídas de algumas histórias "reformistas" do reformismo (como Sanguinetti e Ciria, 1962, 1968). Evidentemente, há um longo campo de pesquisa a percorrer para que se possa ampliar e refinar as análises disponíveis, como Sigal, 1991, e Portantiero, 1981.

(19) Sigal (1991, p. 65) chamou agudamente a atenção para esse fato e algumas das suas conseqüências.

(20) Sou grato a Moacir Palmeira por ter estimulado minha reflexão sobre esse duplo movimento.

(21) Ainda há muito a ser feito na sociologia das relações entre campo universitário e campo político na Argentina. No entanto, sabemos que grande parte dos políticos profissionais com formação universitária que apoiaram a Revolução Libertadora e participaram da ação desperonizadora valorizava, em sua experiência universitária, menos a aquisição de um conhecimento disciplinar e muito mais a socialização em uma forma de sentir e de agir politicamente. Os espaços que essa tradição definia como mais característicos, como as faculdades de Direito e de Filosofia e Letras, formaram, antes e depois, uma expressiva proporção de políticos profissionais, deputados, lideranças de partidos, "publicistas" e "intérpretes" reconhecidos dos problemas nacionais.

integrando um dos "claustros" que, junto aos claustros de professores e de alunos, ditam a política da instituição e designam seus dirigentes (reitor, decanos e órgãos colegiados).

Por meio das associações de graduados a universidade se estende a outros espaços sociais, nacionalizando problemas, formas de sentir e de construir assuntos nacionais e, também, razões e ações políticas. Por outro lado, se é verdade que nem todo formado mantém um vínculo forte com a associação da sua faculdade, esta constitui para ele um canal sempre aberto com o mundo universitário. Assim, a universidade mantém a capacidade de invocar sentidos para muitos indivíduos (formados e que fazem parte das camadas médias da sociedade nacional) que não se definem nem como alunos nem tampouco como professores.

As associações de graduados compartilham com os diretórios de estudantes a característica de reproduzir, dentro da universidade, o modelo de democracia representativa, marcando o tom e definindo um estilo de política universitária¹⁹: suas lideranças e seus representantes nos órgãos de governo da universidade são escolhidos periodicamente mediante um autêntico ritual eleitoral, com listas de candidatos, campanhas e votos, do qual participam, mais ou menos abertamente, grupos reconhecidos como "políticos": partidos e facções partidárias.

Entretanto, se a particularidade das associações de graduados é sua capacidade de estender a universidade para outras áreas da sociedade nacional, *universitarizando* as formas de fazer e de sentir a política nacional, os diretórios de estudantes, por sua vez, reforçam as relações entre os partidos e a universidade, *partidarizando* as formas de sentir e de fazer política universitária²⁰. Para os partidos, as organizações de estudantes são um espaço importante para o recrutamento de jovens quadros; para os jovens estudantes, a presença permanente de partidos e de militantes é uma evidência cotidiana de que a política pode ser para eles uma vocação e uma profissão²¹.

Os jornais argentinos informam regularmente sobre a atividade dos diretórios e das federações universitárias e publicam as opiniões de suas lideranças sobre questões de política nacional, colocando em destaque as eleições estudantis e a realização periódica dos congressos das federações — que, por essa via, se transformam também em eventos nacionais. Além disso, é significativo que muitas vezes o resultado das eleições nas federações permita aos comentaristas políticos tecer especulações sobre as tendências de futuras eleições nacionais, fazendo com que, por meio de um mecanismo semelhante ao das pesquisas pré-eleitorais, o resultado da política universitária tenha efeitos sobre a política nacional.

Desta forma, não pode parecer estranho que os jornais de 16 de setembro de 1955 informassem, simultaneamente, a destituição de Perón pela Revolução Libertadora, a tomada das instalações da UBA pela Fuba e a substituição da administração peronista pelo "governo dos diretórios de estudantes". Quinze dias depois, já com a presença dos interventores designados pelo novo governo, as federações passaram a participar dire-

(22) Sobre a oposição da Fuba e da FUA a Perón desde 1945, cf. Neiburg, 1992; sobre o movimento da Reforma Universitária de 1918 e sua projeção latino-americana, cf. Portantiero, 1981; e sobre a relação entre princípios reformistas e planos inovadores na universidade argentina posterior a 1955, cf. Sigal, 1991. Assinale-se que as análises sobre a relação entre "reformismo" e política carecem de estudos das trajetórias e das propriedades sociais das lideranças estudantis — para muitas das quais a universidade, mais do que um passo em uma carreira profissional, era um meio de socialização que, mediante a política, propiciava ascensão social.

(23) É o caso, por exemplo, da apresentação de Jorge Luis Borges, cujo currículo tinha só uma página na qual começava afirmando: "O meu título é uma vida, já longa, intimamente consagrada ao estudo..."

(24) É o que se escondia por trás de algumas exibições de erudição, de publicações sobre temas variados e da realização de conferências sobre os mais diversos assuntos em instituições que decerto seriam reconhecidas pelos juizes como claramente contrárias ao regime derrubado. Nesse grupo situavam-se militantes estudantis e a maior parte dos candidatos mais jovens. Estes pareciam buscar uma colocação coerente com o momento da carreira; já os militantes apresentavam-se com o intuito de dificultar o acesso aos postos daqueles que consideravam não merecer estar na nova universidade. Alguns deles seriam aprovados nos concursos do período seguinte à "normalização", depois de 1958.

(25) Serve como exemplo um indivíduo que obteve o primeiro lugar no concurso de professor titular para a cátedra de Estética. No item "Viagens" do seu currículo consta textualmente: "1) 1934: Espanha, Itália e França; 2) 1946: Itália, Suíça, França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha; 3) 1948-49: Itália, França, Espanha, Portugal, Bélgica, Holanda, Suíça, Inglaterra"; e assim por diante. Por um lado, as viagens eram apresentadas como provas qualificantes de erudição e cultura geral; por outro, demonstravam que, dos dez anos de governo peronista, o candidato tinha passado sete fora do país.

tamente na desperonização, tornando públicos seus julgamentos sobre a qualidade moral e a trajetória política de centenas de pessoas, impugnando as candidaturas dos supostos cúmplices do antigo regime e defendendo a honra moral e política daqueles que, segundo eles, haviam sido injustamente acusados dessa mesma cumplicidade pelas novas autoridades governamentais.

As organizações estudantis legitimavam suas ações ostentando uma trajetória decididamente opositora a Perón desde que, em 1945, se tinha escutado pela primeira vez a palavra "peronismo" na Argentina. Proclamando sua adesão aos princípios da autonomia universitária e a uma forma de fazer política desde a universidade identificada como "reformista", as lideranças das principais federações estudantis do país tinham exercido uma militância que excedia em muito a oposição às medidas promovidas pelo governo peronista em relação à produção cultural e à vida universitária²².

Examinando os dossiês dos concursos, é possível comprovar até que ponto estava generalizada a prática impugnadora na atividade das organizações de estudantes e de graduados: ambas tinham preparada uma carta, semelhante a um formulário, que reproduzia o mesmo argumento em todos os casos. Em seguida ao rápido reconhecimento de que "todos somos um pouco culpados do holocausto [do país e da universidade]", os impugnadores esclareciam que "para todos os fatos humanos há uma escala e uma medida e que há ações mais censuráveis do que outras". Autoproclamando-se executores de um ato de fiscalização (e não "de juízo"), denunciavam que o candidato impugnado havia não só permanecido na cátedra da "ditadura" como manifestado seu apoio ao regime, requestando a reeleição de Perón em 1951 e, pouco depois, a outorga do título de doutor *honoris causa* concedida a ele pela UBA.

Para além de alguns elementos comuns — como o argumento de que os nomes de todos os funcionários públicos durante o regime haviam aparecido como assinantes de ambos os pedidos (a reeleição e o título honorífico) ou a alegação de que a assinatura fora uma imposição das autoridades —, as defesas dos impugnados mostram uma série de variações significativas nos modos pelos quais cada indivíduo prestava contas, mediante a informação relativa à trajetória político-intelectual que podia ser lida no currículo, da sua oposição à "tirania" e da sua proximidade com os grupos sociais e os círculos intelectuais que eles viam encarnados nos seus juízes. Dessa forma, as defesas oferecem também valiosas chaves para compreender as representações que os candidatos tinham das propriedades sociais daqueles que tinham "tomado o poder" no país e na universidade, orientando as ações desperonizadoras.

Dois casos ilustram os extremos entre os quais podiam oscilar os processos de impugnação. O primeiro é um exemplo de defesa bem-sucedida, na qual o candidato conseguiu se apresentar a um concurso, obtendo o segundo lugar. Em sua defesa, respondeu pontualmente a todas as acusações e, remetendo ao seu currículo, disse ali haver provas suficientes de idoneidade, destacando o fato de ter integrado várias

(26) No resultado de um concurso da área de Letras, por exemplo, os juízes justificaram a vitória de um candidato afirmando que "os seus títulos e antecedentes, a sua longa atuação na docência, tanto no ensino secundário quanto universitário, conferem [...] capacidade notável para transmitir conhecimentos [a partir de] sua indubitável experiência como mestre e a sua obra publicada [...] tem merecido geral aprovação". Por sua vez, os juízes de um concurso da área de Filosofia declararam vencedor um candidato afirmando: "A banca tem considerado que o professor consegue juntar a seus títulos e antecedentes estimáveis uma capacidade notável para transmitir seus conhecimentos, formar discípulos, objetivar o labor docente e estar situado de uma maneira concreta e permanente no contexto mesmo do seu labor".

(27) O processo de desperonização terminou por favorecer os grupos identificados como *laicos*, deslocando das principais posições de gestão da política universitária os indivíduos ligados aos grupos *católicos*. O conflito que estourou no mundo universitário em 1958 também excedeu suas fronteiras, transformando-se em um novo evento político nacional no qual se enfrentaram ambos os grupos. Nesses acontecimentos, que ganharam as ruas das principais cidades do país e as manchetes dos jornais, e que foram conhecidos e são lembrados até hoje como "Live ou Laica", estava em jogo não só uma questão religiosa (a afirmação de um credo católico ou laico), mas a regulação estatal dos espaços universitários. Assim, explica-se o equívoco dos termos da oposição: os partidários da "liberdade" terminaram criando universidades privadas, enquanto os identificados como "laicos" estavam a favor da manutenção do monopólio estatal sobre a educação superior.

instituições político-culturais de ativa oposição a Perón. O segundo caso é o de uma defesa fracassada, a única ocorrência na amostra em que as autoridades impediram a apresentação de uma candidata, uma jovem de 33 anos de idade, que fizera a sua carreira na Faculdade de Filosofia e Letras durante a década peronista (participando, como consta em seu currículo, de alguns dos principais eventos de celebração do regime de Perón no âmbito universitário, como o I Congresso Argentino de Filosofia, realizado em Mendoza em 1949, e o II Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado em Buenos Aires em 1951). Contudo, a principal justificativa para a impugnação foi o fato de ter sido autora da seção "Formação da criança e do adolescente argentinos" do livro *Psicologia*, editado sob o patrocínio do Ministério de Educação do governo de Perón e no qual, segundo os termos dos juízes, se fazia uma "apologia da doutrina peronista". A candidata parecia ser uma das anônimas publicistas que tinham celebrado o antigo regime, e a fúria dos revolucionários não lhe perdoaria a ousadia de ter dado a conhecer sua identidade.

A relação das estratégias de defesa com as propriedades sociais dos candidatos (estudadas por meio dos seus currículos) mostra, por exemplo, como os indivíduos que exibiam menores credenciais intelectuais (menos títulos, publicações e outros símbolos de *status*) eram os que mais se esforçavam para dar provas de uma trajetória opositora, chegando ao extremo de esgrimir como argumento de defesa não só sua própria atitude adversa à "tirania" mas também a dos seus familiares próximos, esposas e filhos. As defesas de alguns acusados revelam que, para eles, não estavam em jogo tão-somente uma adesão de natureza política ou uma questão de prestígio intelectual, mas empregos e, quiçá, verdadeiros dramas familiares e pessoais provocados pela mudança brusca e imprevista da situação política do país e das relações de força no campo universitário. Nesse sentido, serve de ilustração o patético candidato que procurou se defender declarando

que sendo professor no Liceu de Senhoritas Nº 1 e na Escola de Comércio Nº 8 jamais foram aumentadas as minhas horas nem me foi concedido benefício nenhum por ser adversário do regime; também foi adversária do regime a minha esposa [...], integrante da Junta Democrática de Mulheres [...], igualmente o meu filho, que resistiu sendo estudante de medicina [...] também foram contrárias ao peronismo a minha filha e toda a minha família residente em [menciona-se determinada localidade] onde temos uma história de mais de um século.

Nas distintas formas de apresentação dos currículos e, especialmente, na importância conferida a algumas informações em detrimento de outras podem-se identificar verdadeiras estratégias de (pré-)defesa diante de

(28) Depois do confronto "Livre ou Laica" abriu-se um novo processo no qual política universitária e política nacional se fundiram. À "noite dos *bastones largo*" (cassetetes compridos) — em que ocorreu uma nova exclusão maciça de professores universitários, legitimada em razões políticas, que acompanhou o golpe de Estado de 1966, encabeçado pelo general Onganía — se seguiu um processo de criação de "cátedras nacionais", cuja pretensão era fundar uma universidade contrária ao "cosmopolitismo vazio" dos seus antecessores: os "laicos liberais", que, segundo estes "nacionalistas", foram os vitoriosos do processo desperonizador no campo universitário e orientaram os destinos da universidade entre 1955 e 1966.

(29) Cf. Mangone e Warley (1984, p. 59). Estima-se que o número de professores excluídos devia representar mais de 50%. Várias foram as razões invocadas para as demissões: em alguns casos, os interventores "peronistas" nas faculdades exigiam a retratação dos professores que assinaram manifestos contrários a Perón. Foram também publicadas disposições que restringiam a contratação nas universidades a argentinos nativos, excluindo muitos professores de origem imigrante. Para uma denúncia das exonerações promovidas pelo governo peronista, cf. *Cursos y Conferencias* nº 177, dezembro de 1946.

(30) Como mostra Elias (1994), é característico de todo *establishment* a transformação de uma representação sobre a sua antiguidade, reconhecida pelos *outsiders*, em um diferencial de poder.

(31) É significativo o fato de que, nos dossiês examinados, só uma impugnação tenha sido aceita. Também se registra apenas um caso de candidato que, conseguindo reverter uma impugnação, foi aprovado (em segundo lugar).

(32) Hoje, vários dos que foram jovens protagonistas da desperonização reconhecem uma cota de "injustiça" ou de "excessos" nas suas tentativas de impugnação.

(33) Um mapa das propriedades sociais dessas elites pode ser visto em Neiburg, 1997, cap. 4.

(34) Respectivamente, por exemplo: Habermas, 1984; Schmitt, 1992.

possíveis impugnações. Por exemplo, nos modos de citar trabalhos publicados pode-se ver que, enquanto os candidatos que julgavam não ter nada a ocultar apresentavam sem nenhuma dificuldade todas as informações, incluindo nome da publicação, data etc., outros candidatos pareciam sofrer o dilema da necessidade de citar trabalhos para aumentar seus pontos e da impossibilidade de fazê-lo porque algumas publicações poderiam suscitar suspeitas sobre o seu passado.

Analisando-se conjuntamente as diferentes trajetórias e estratégias de apresentação de cada indivíduo, o resultado dos concursos e os pareceres que cada candidato mereceu por parte das bancas, podem ser identificados três grandes grupos. O primeiro reúne os indivíduos que obtiveram as melhores posições, exibindo currículos de tamanho menor, com muito poucos documentos comprobatórios (ou nenhum). De modo geral, pertenciam ao *establishment* cultural e universitário anterior ao peronismo, julgavam-se portadores de uma trajetória claramente opositora a Perón e autores de uma obra suficientemente reconhecida, que não precisava ser comprovada diante daqueles que, antes que juízes, deveriam ser para eles colegas ou alunos²³. No extremo oposto estavam aqueles com menor capital intelectual e social, que faziam as apresentações mais extensas e cujos currículos eram os mais abundantes em certificados e documentos. Esse grupo de candidatos duvidava das suas chances de vitória. Por isso procuravam fazer valer pequenos detalhes de suas trajetórias, incluindo listagens minuciosas de sua formação acadêmica (assinalando ainda os estudos incompletos), de participações em atividades de animação cultural (nas sociedades culturais de bairros ou municípios, por exemplo), de conferências (proferidas nos mais diversos auditórios) e de trabalhos "escritos" (sem discriminar os já publicados dos ainda inéditos). Entre esses dois pólos se reunia a proporção maior de indivíduos colocados nos segundos lugares ou que, tendo se apresentado em mais de um concurso, obtiveram o segundo lugar em um e o primeiro em outro. Evidentemente, não podiam exibir as mesmas credenciais de reconhecimento que os candidatos do primeiro grupo, mas procuravam provar, por meio de apresentações relativamente extensas, um tipo particular de trajetória, marcado pelo trânsito fluido nos círculos da elite intelectual e social opositora ao antigo regime²⁴.

Uma característica significativa desse último grupo é a frequência com que aparece o item "viagens". A menção a períodos no exterior (especialmente na Europa) era, em primeiro lugar, indicador de elevado capital econômico, e a sua incidência maior entre os candidatos vitoriosos é forte indício do caráter social da seleção sancionada nos concursos. Por outro lado, para aqueles que "sabiam ler", as viagens eram prova de uma trajetória verdadeiramente oposta à "tirania", pois podiam ser interpretadas como tempos de exílio. Por último, deve-se notar que em poucos casos as viagens implicavam atividades estritamente acadêmicas ou universitárias; eram mencionadas como "viagens de estudos", acompanhadas da relação dos países visitados, revelando uma forte valorização de um estilo de intelectual associado à "erudição" e à "cultura geral", contrário à "especialização" e ao

(35) Para esta cumplicidade entre interpretações culturalistas da Argentina (como a de Arturo Jauretche) e interpretações sociológicas (como a de Gino Germani), ver Neiburg, 1995.

(36) A versão de um dos protagonistas da desperonização da universidade (Halperin Donghi, 1962, p. 194), no sentido de que a proposta de renovar totalmente a planta de professores teria se originado na Fuba (com o argumento de promover uma "depuração" que permitisse um "novo ponto de partida", marcando assim uma "origem comum e homogênea" para os novos integrantes da vida universitária), enfatiza o princípio de universalização posto em jogo na desperonização, ocultando o princípio de exclusão que definia a quem esse universal era restrito.

(37) Tal projeto deveria desenvolver uma dupla perspectiva comparativa. No contexto da história argentina, onde antes e depois dos eventos analisados houve várias outras exclusões de opositores políticos dos espaços de produção cultural controlados pelo Estado e, particularmente, das universidades. Em lugar dos mecanismos formais de universalização, que pretendiam legitimar a desperonização como "ano zero" da universidade argentina, essas outras exclusões tiveram a forma de "purgas" e "perseguições". Além disso, a consideração desses verdadeiros ciclos permitiria compreender melhor a lógica propriamente faccional presente em cada uma das exclusões. Por outro lado, a comparação com contextos nacionais onde a politização do campo de produção cultural e universitário também envolveu a realização de "purgas" e "perseguições" permitiria compreender melhor os sentidos da politização e da política para os argentinos (por exemplo, desde a "desnazificação" da Europa ocidental" e o período do macarthismo nos Estados Unidos até o universo, bem mais próximo do argentino, dos ciclos de exclusão na Europa do Leste).

(38) Parece-me que os comentadores de Weber têm dado pouca atenção a essa indicação de um texto que, formulado no imediato pós-guerra, tinha a própria existência da Alemanha e as relações internacionais como questão central.

"academicismo"²⁵. Erudição no plano cultural e oposição a Perón no plano político: tais eram as qualidades valorizadas pelos integrantes das bancas para legitimar os méritos dos candidatos vencedores — um tipo de trajetória social e política e uma figura social de intelectual²⁶.

Os sentidos da política: *established-outsiders* na Argentina

O juízo desperonizador foi um campo de batalha entre indivíduos e grupos sociais que agiram mobilizados por razões que sentiam e entendiam como políticas. Ainda que nos argumentos de alguns também houvesse motivos representados como religiosos, por exemplo, o seu valor derivava do fato de que eles estavam politizados em um contexto de confronto com inimigos vistos como inimigos políticos — como no caso dos grupos católicos que se opunham a seus inimigos liberais, definindo alternativas e dando forma a um dos embates que agitavam a universidade em processo de desperonização²⁷.

É verdade que podiam ser também invocadas razões culturais. Estas, porém, só tinham sentido no plano de batalhas sentidas e qualificadas, também, como políticas por seus protagonistas. De um lado, invocações à "cultura nacional" por aqueles que entendiam que seus inimigos não mereciam o adjetivo "argentinos"; de outro, argumentos em favor de uma "cultura democrática" cuja condição era a desperonização — e não só na universidade²⁸.

Contudo, para entender melhor as condições sociais dessa politização das formas de sentir e de agir no mundo social, bem como os sentidos da política para os indivíduos e grupos que constituíram esse mundo, é preciso examinar o conteúdo social das oposições e sua história.

Segundo os poucos dados disponíveis, no primeiro ano de governo de Perón como presidente eleito (1946), somente na UBA foram excluídos 1.250 professores. Destes, 825 se demitiram proclamando sua oposição à política universitária peronista, considerada por eles contrária aos valores universitários e democráticos, uma mistura perniciosa de "nacionalismo populista" e "integralismo católico"; outros 423 professores foram demitidos pelos artifícios dessa política, que justificaram a exclusão com argumentos que falavam dos "verdadeiros interesses" da nação e do lugar da universidade no país que se construía sob o lema peronista²⁹. Assim, o primeiro eixo de tensões (e uma das principais formas de representação nativa) do processo desperonizador teve o sabor de um acerto de contas: tudo parecia se resumir à volta de um *establishment* que, com a Revolução Libertadora, tornava a ocupar seus "antigos" espaços de poder e prestígio, deslocando os recém-chegados que, com a queda do regime peronista, assistiram à ruína de sua ambição de se consolidar como um "novo" *establishment*³⁰.

No entanto, olhando cuidadosamente o material dos concursos, revelam-se várias complexidades e nuances. Vale a pena examinar rapida-

(39) Ainda que em vários trabalhos de Elias haja valiosas indicações (para os casos da França, Alemanha e Inglaterra), é nos seus estudos sobre os alemães (Elias, 1996) que produziu uma demonstração mais completa dessas relações, principalmente no que diz respeito à aproximação entre grupos militares, elites intelectuais e jovens universitários nos períodos anterior e posterior à I Guerra Mundial. Para um possível diálogo entre o modelo de análise de Elias e os estudos antropológicos sobre cultura e caráter nacional, cf. Neiburg e Goldman, 1998.

(40) Cf., entre outros, Halperín Donghi, 1994b; Botana, 1994; Sábato, 1992; Chiaramonte, 1997. Em um sentido mais geral, penso que a discussão de Anderson (1991) sobre os nacionalismos americanos poderia se enriquecer à luz da relação entre essas duas "sociedades" e os seus conflitos.

(41) Um "partido" no qual os sobrenomes *criollos* passaram a se misturar com os de alguns filhos de imigrantes, mas sempre de origem católica. As vias de argentinização dos judeus (uma proporção significativa da população imigrante) estiveram sempre ligadas ao mercado e, principalmente, a escola e à universidade.

(42) Se, acompanhando Elias (cf. Neiburg, 1998), abandonarmos a visão normativa que considera a paz um estado de "normalidade" e observarmos a dimensão das transformações sociais no espaço nacional argentino, não pode deixar de surpreender o fato de que, ainda que tenha havido episódios mais ou menos ocasionais nos quais foi utilizada a força física para fazer política, as únicas guerras civis na Argentina foram as da metade do século passado e a dos anos 70 deste século, que culminou no genocídio de mais de 0,1% da população do país (30.000 mortos em menos de 30 milhões de habitantes).

mente ao menos duas, a partir de dois dados significativos. Primeiramente, o fato de que muitos dos indivíduos que passaram a ocupar posições elevadas na hierarquia universitária depois de 1955 não tinham sido professores antes de 1946. É evidente que havia passado uma década de domínio peronista, o que introduzia um forte conteúdo de disputa de gerações à desperonização. Contudo, não era qualquer jovem que podia ganhar um concurso. A idade era apenas um princípio de diferenciação apoiado em um critério de proximidade social: aqueles que conseguiram fazer valer argumentos de "juventude" e "renovação" foram indivíduos que, sendo estudantes durante a década anterior, tinham se socializado no ambiente político e cultural da oposição a Perón. No contexto da população universitária (que, como se verá mais adiante, tinha se expandido dramaticamente durante a década peronista), esses jovens podiam exibir capitais sociais e culturais relativamente altos.

O segundo dado se manifesta na limitada eficácia da pulsão impugnadora dos jovens estudantes, uma vez que vários professores aprovados no julgamento desperonizador tinham mantido suas cátedras durante o antigo regime³¹. É verdade que sua permanência na universidade pós-peronista pode ser compreendida como um reconhecimento ao mérito acadêmico (acompanhando o argumento de alguns nativos). A análise dos dossiês deixa muito claro, porém, que nesse contexto o mérito só poderia ser reconhecido em indivíduos com determinadas qualidades sociais, interpretadas politicamente. A única forma de evitar a condenação e a exclusão exigidas pela impugnação dos jovens estudantes era a garantia, por parte dos mais velhos, sancionada no veredicto dos juízes. Aqueles que indeferiram a impugnação assim procediam a partir do seu "conhecimento" acerca da trajetória de alguns candidatos, com os quais mantinham uma relação de proximidade social construída e reforçada nos âmbitos de sociabilidade opostos ao peronismo, onde se reuniam homens (e, também, cada vez mais mulheres) com propriedades sociais semelhantes³²: muitos imigrantes ou filhos de imigrantes europeus com elevado capital cultural e títulos universitários, que encontraram na universidade e na política uma forma de ser argentinos e de influenciar nos destinos da nação³³.

As duas faces da política e o *habitus* nacional dos argentinos

Nos eventos analisados, a política tinha duas faces. Em uma delas era um espaço de relação e de concorrência entre indivíduos iguais, e a universidade politizada era um sinônimo de esfera pública, na qual deviam dominar as leis da razão e do melhor argumento. Assim fundamentava-se o mecanismo de universalização com que foi concebida e realizada a desperonização: os valores e as práticas meritocráticas subjacentes aos concursos. A outra face diz respeito à política como um campo de batalha onde cada indivíduo devia associar suas próprias forças às dos aliados para

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict. *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York: Verso, 1991.
- Bailey, Frederick G. *The need for enemies. A bestiary of political forms*. Ithaca/Londres: Cornell Univ. Press, 1998.
- Bendix, R. Reinhardt. *Nation-building and citizenship: Studies of our changing social order*. Berkeley: Univ. of California Press, 1977.
- Botana, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994 [1977].
- Bourdieu, Pierre. "Esprit d'État. Genèse et structure du champ bureaucratique". In: *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.
- Brubaker, Rogers. *Nationalism reframed. Nationhood and the national question in the new Europe*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.
- Cano, Daniel. *La educación superior en la Argentina*. Buenos Aires: Flacso/Gel, 1989.
- Cardoso, Fernando H. e Faletto, E. *Dependency and development in Latin America*. Berkeley: Univ. of California Press, 1979 [1972].
- Cavarozzi. "Political cycles in Argentina since 1955". In: O'Donnell, Schmitter e Whitehead (eds.). *Transitions from authoritarian rule. Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1995.
- Chiaromonte, Juan Carlos. *Ciudades, provincias y estados. Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- Ciría, Alberto e Sanguinetti, Horacio. *Universidad y estudiantes*. Buenos Aires: Depalma, 1962.
- _____. *Los reformistas*. Buenos Aires: Jorge Alvarez, 1968.
- Das, Veena. *Critical events: An anthropological perspective on contemporary India*. Delhi: Oxford Univ. Press, 1995.
- Eichelbaum de Babini, Ana M. "Encuestas universitarias". *Cuadernos del Instituto de Sociología*. Buenos Aires: UBA, FFyL, 7(11), 1958.

enfrentar melhor os inimigos. Desse ponto de vista, desperonizar significava definir os limites do espaço de universalização, excluindo alguns indivíduos e grupos e facilitando a entrada de outros. De um lado, então, a política era um espaço civilizado, que pressupunha a pacificação; de outro, a associação só era possível pela dissociação — havia amigos (no sentido duplo de *amicus*: próximo e aliado) porque havia inimigos, e só havia paz e diálogo em razão da virtualidade da guerra.

A presença simultânea dessas práticas, valores e sentidos é condenada como uma anomalia por parte considerável da literatura erudita que trata sobre política. Isso ocorre tanto naquela que está interessada em prescrever um ideal de boa sociedade no qual a política é sinônimo de associação e de diálogo, quanto na que descreve a política como faccionalismo, corrupção ou guerra³⁴. Uma condenação semelhante pode ser identificada nas representações consagradas sobre a Argentina, presentes nos ensaios culturalistas que tematizam a "crise do ser nacional" e, também, nas interpretações sociológicas que falam de insuficiências ou imperfeições na "integração da sociedade nacional"³⁵.

Meu objetivo, ao contrário, tem sido propor uma compreensão positiva da presença simultânea dessas práticas, valores e sentidos, mostrando a relação mutuamente constitutiva entre as duas faces da política. Nessa perspectiva, os eventos analisados podem ser considerados "um caso privilegiado", dadas a clareza e, principalmente, a formalização com que foram empregados, simultaneamente, mecanismos de exclusão e universalização: de um lado, julgamentos sobre o passado político dos indivíduos; de outro, concursos baseados em apreciações meritocráticas e na intenção de instituir um "ano zero" para todos³⁶.

Contudo, tanto para avançar na compreensão quanto para construir generalizações sobre bases empíricas sólidas seria preciso incorporar uma dimensão histórica que, dados os limites deste artigo e o estado ainda preliminar da pesquisa, não posso mais do que sugerir, de modo que proponho no lugar de "conclusões" a formulação de um projeto voltado a entender a lógica social que fez com que a política tivesse ocupado lugar central nas formas de representar a cultura nacional na Argentina³⁷.

Em "Politik als Beruf", Max Weber (1959 [1919]) esboçou uma sociologia do sentido da política para as pessoas, na qual a política está ligada a certos espaços e fronteiras sociais, observáveis na presença do Estado e de indivíduos cujas condições de existência, práticas e valores estão centralmente associadas a ela. A referência empírica principal de Weber eram as pessoas interessadas na política (os "profissionais da política") e os espaços nacionais onde a existência social desses indivíduos tem sentido — em sua análise, Estados Unidos, Inglaterra e, principalmente, Alemanha³⁸.

Sugerindo que a compreensão da política está intimamente ligada à compreensão da dimensão nacional da vida social, Weber inaugura um tipo de reflexão que seria plenamente desenvolvido por Norbert Elias. Aquilo que, nos termos nativos, é conceituado como caráter ou cultura nacional é

Elias, Norbert. *The Germans. Power struggles and the development of habitus in the Nineteenth and Twentieth centuries*. Nova York: Columbia Univ. Press, 1996 [1989].

_____. "A theoretical essay on the established and outsider relations". In: Elias, N. e Scotson, J. L. *The established and the outsiders. A sociological enquiry into community problems*. Londres: Sage, 1994 [1976].

Escobar, Arturo. *Encountering development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

Germani, Gino. *Estructura social de la Argentina: análisis estadístico*. Buenos Aires: Solar, 1987 [1955].

_____. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós, 1962.

Germani, Gino e Silvert, Kalman. "Estructura social e intervención militar en América Latina". In: Di Tella, T. e outros. *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1961].

Halperín Donghi, Tulio. *Revolución y guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1994a [1972].

_____. *La larga agonía de la Argentina peronista*. Buenos Aires: Ariel, 1994b.

_____. *Historia de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.

Herzfeld, Michael. *Cultural intimacy. Social poetics in the Nation-State*. Londres: Routledge, 1997.

James, Daniel. *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

Lipset, Seymour M. e Germani, Gino. "Ideologías autoritarias y estratificación social". *Cuadernos de Sociología*. Buenos Aires: UUA, FFyL, nº 24, 1960.

Luna, Félix. *Perón y su tiempo*. Sudamericana: Buenos Aires, 1987.

Mangone, Carlos M. e Warley, Jorge M. *Universidad y peronismo (1946-1955)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

produto da *nacionalização* de identidades, ideais, valores e formas de sensibilidade próprias dos grupos sociais que passam a controlar áreas estratégicas no funcionamento dos Estados. Trata-se de um processo sociogenético no qual o *habitus* social desses grupos estende-se a outras áreas do espaço social, transformando-se em *habitus* nacional³⁹.

Uma das principais características do modelo de Elias é que permite compreender a lógica de processos sociais — a aproximação e o afastamento entre indivíduos e grupos, a transformação de configurações e de relações de interdependência — e, ao mesmo tempo, a dinâmica de construção de identidades e de ideais coletivos — os valores e sentidos que fundam amizades e inimizades entre aqueles que se reconhecem fazendo parte de uma mesma comunidade política, ou Estado nacional.

Assim, para conhecer melhor a relação entre os significados da política nos eventos analisados e no *habitus* nacional dos argentinos é preciso percorrer uma história maior que esta aqui relatada. Tal história teria de considerar o processo de formação de uma sociedade nacional na qual os valores e as práticas de sucessivos grupos de *outsiders* (desde o fim do século passado, imigrantes de ultramar; a partir da década de 30, imigrantes do interior rural do país que chegaram às grandes cidades) se aproximaram, se opuseram e passaram a ocupar os espaços da antiga "boa sociedade" dos *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América), que tinham feito a independência e definido os contornos da Argentina em mais de cinquenta anos de guerras civis, no século passado. Enquanto o principal espaço de "argentinização" — de coesão dos valores e das práticas — da sociedade dos *criollos* foi o exército, o principal espaço de coesão das práticas e valores dos *outsiders*, de argentinização dos imigrantes, foi a escola⁴⁰.

O processo de aproximação social, de redefinição das relações entre grupos e transformação de identidades e de valores, que é o processo de formação dos *habitus* sociais acompanhados do adjetivo "nacional", foi relativamente rápido na Argentina. Muitos dos valores que passaram a legitimar as políticas de Estado a partir de 1880 faziam parte da "realidade nacional" algumas décadas depois — especialmente as políticas que propiciaram a recepção maciça de imigrantes europeus e as que conferiram centralidade à escola e ao exército na argentinização da população que habitava o território do país ou a ele chegava. Em pouco tempo a morfologia social do país sofreu transformações dramáticas.

Ainda em 1930, quase 25% da população do país era de origem estrangeira; na cidade de Buenos Aires (onde moravam pouco menos de três milhões de habitantes), três de cada cinco pessoas tinham nascido na Europa. Menos de três décadas depois (por volta de 1955), Buenos Aires acentuava a sua característica de centro também demográfico da Argentina, com sete milhões de pessoas, aproximadamente 35% da população. Na mesma época, a proporção de estrangeiros havia diminuído a menos de 20%, mas em compensação quase 40% das pessoas que moravam nos centros urbanos eram imigrantes internos; agora, em Buenos Aires, dois de cada cinco habitantes nasceram no interior rural da Argentina. No começo

Murmis, Miguel e Portantiero, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1984 [1971].

Neiburg, Federico. "O nacionalismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social". In: *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *Os intelectuais e a invenção do peronismo. Estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. "Intellectual representations of people and nation: The invention of peronism in Argentina". *Annals for scholarship*, 77(1-2), 1996.

_____. "El 17 de octubre de 1945. Un análisis del mito de origen del peronismo". In: Torre, J. C. *El 17 de octubre de 1945*. Buenos Aires: Ariel, 1995.

_____. "O 17 de outubro na Argentina. Espaço e produção social do carisma". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1992.

Neiburg, Federico e Goldman, Marcio. "Anthropology and politics in studies of national character". *Cultural Anthropology*, 13(1), 1998.

Nuap. "Uma antropologia da política: Rituais, representações e violência". *Cadernos do Nuap*. Rio de Janeiro: NAU, nº 1, 1997.

O'Donnell, Guillermo. "Modernización y golpes militares (teoría, comparación y el caso argentino)". *Desarrollo Económico*, 47(12), 1972.

Oszlak, Oscar. *La formación del estado argentino*. Buenos Aires: Ed. De Belgrano, 1985.

Palmeira, Moacir. "Poder local". Rio de Janeiro: Nuap, Museu Nacional, s/d (mimeo).

Plotkin, Mariano. *Mañana es san Perón. Propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista, 1946-1955*. Buenos Aires: Ariel, 1993.

Portantiero, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina (1918-1934). El proceso de la reforma universitaria*. México: Siglo XXI, 1981.

Potash, Robert. *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962*. Buenos Aires: Sudamericana, 1982.

Rouquié, Alain. *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1982.

do século XX, a metade da população do país era analfabeta; por volta de 1955, mais de 80% já liam e escreviam em espanhol. Entre 1942 e 1958, a população de estudantes da UBA passou de 17.700 a 50.000, mais de um terço do total dos universitários do país, que ocupava o terceiro lugar no mundo em termos da proporção de estudantes universitários sobre o total de habitantes (cf. Germani, 1987; Torrado, 1992; Eichelbaum de Babini, 1958; Cano, 1989).

As primeiras eleições segundo a lei do sufrágio universal (que tornou obrigatório o voto universal masculino) foram realizadas em 1916, consagrando a vitória de um movimento político (o radicalismo de Hipólito Yrigoyen) apoiado maciçamente por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus. Exatamente quatro décadas depois, foi eleito presidente o então coronel Juan Domingo Perón, que se beneficiou de uma significativa parcela dos votos dos imigrantes internos. A Revolução Libertadora que derrubou Perón foi apenas uma dentre uma dezena de golpes de Estado que desde 1930 marcaram a vida política da Argentina, terminando com governos eleitos e impedindo a participação nas eleições de partidos e de facções — contribuindo, assim, à construção de uma representação, também compartilhada por jornalistas e sociólogos, das ações políticas dos homens de armas como as de um "partido militar"⁴¹. Ao mesmo tempo que a história nacional contada nas escolas era uma história de heróis e de façanhas militares, todos os cidadãos (homens) argentinos viveram, mediante o serviço militar obrigatório, a proximidade com os quartéis, onde sempre se discutiu e se fez política.

O terreno privilegiado de encontro e de relação entre os indivíduos e os grupos sociais que formaram a Argentina foi o espaço público. As identidades, ideais e valores que construíram a política, e lhe deram sentidos, e as representações sobre o lugar da política na cultura nacional falaram sempre, simultaneamente, de universalidade, participação e pacificação, mas também de exclusão, inimizade e uso da força.

No período imediatamente posterior ao aqui abordado, a Argentina viveu uma verdadeira guerra civil⁴². Dela participaram muitos dos indivíduos que fizeram parte dos eventos marcantes da desperonização, desse mundo social politizado e de uma universidade que, dadas sua enorme e rápida expansão e a correlata desvalorização dos títulos, fazia com que os jovens estudantes associassem os sentidos das suas vidas à "política". Alguns deles contribuíram, por meio de suas publicações, para a criação do que um historiador chamou recentemente de "clima de opinião" favorável ao uso da força física na política (Halperín Donghi, 1994b, pp. 11-12). Outros, diretamente, mataram e morreram por razões políticas.

Sábato, Hilda. "Citizenship, political participation, and the formation of the public sphere in Buenos Aires (1850s-1880s)". *Past and Present*, n° 136, 1992.

Schmitt, Carl. *O conceito do político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992 [1932].

Sigal, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Punto Sur, 1991.

Toer, Mario (coord.). *El movimiento estudiantil de Perón a Alfonsín*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

Torrado, Susana. *Estructura social de la Argentina: 1945-1983*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1992.

Weber, Max. "Le métier et la vocation d'homme politique" ("Politik als Beruf"). In: *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1959(1919).

Recebido para publicação em 18 de dezembro de 1998.

Federico Neiburg é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 53, março 1999
pp. 119-135

DADOS

Vol. 40, nº 3, 1997

Revista de Ciências Sociais

Editor

Charles Pessanha

Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil

Pós-Constituinte

Maria Helena de Castro Santos

Argumentos em Torno de um "Velho" Tema: A Descentralização

Manoel Tibério Alves de Souza

Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil (1980-1994)

Flávio da Cunha Rezende

As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira

Jairo Marconi Nicolau

Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira

Fabiano Santos

Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil

David Samuels

DADOS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DADOS — Revista de Ciências Sociais (ISSN 0011-5258) é uma publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ.

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, 82
22260-100 — Botafogo
Rio de Janeiro, Brasil
Tel.: (021) 537-8020
Fax.: (021) 286-7146
E-mail: iuperj@omega.lncc.br